

Eixo Temático

Política Educacional

Título

A Educação Física escolar a partir das metas do Plano Nacional de Educação: análise da Lei n.º 13005/14.

Autor

Angelo Juliano Carneiro Luz

Instituição

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR

E-mail

kaiteangelo@hotmail.com

Palavras-chave

Planejamento educacional, Políticas Públicas, Educação Física

RESUMO

Com a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jontiem no início dos anos de 1990, ocorreram algumas transformações no cenário educacional brasileiro, dentre elas a necessidade de elaboração de Planos Nacionais de Educação. Tal prerrogativa engendrou a mobilização do governo Federal em articular conferências municipais, estaduais e nacionais em vista a fomentar o debate em relação as metas e diretrizes que comporiam o planejamento educacional previsto para dez anos, compreendendo o período de 2010 a 2020. Nesse movimento, voltamos a atenção ao tratamento estabelecido as ações voltadas à área da Educação Física escolar, compreendendo esta como componente curricular formalmente estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9394/06). Compreendendo que as

estratégias traçadas no novo Plano Nacional de Educação possibilitam a articulação de novas abordagens teóricas e metodologias de ensino, cabe problematizar e enveredar esforços para a concretização e organização de um currículo que cumpra a função social da escola na contemporaneidade. Portanto, a pesquisa pretende entender essa dinâmica a partir do posicionamento adotado na formalidade legalista, perante as demandas da Educação Física escolar, o planejamento e as possibilidades de desdobramento dos aspectos firmados à sua efetivação.

INTRODUÇÃO

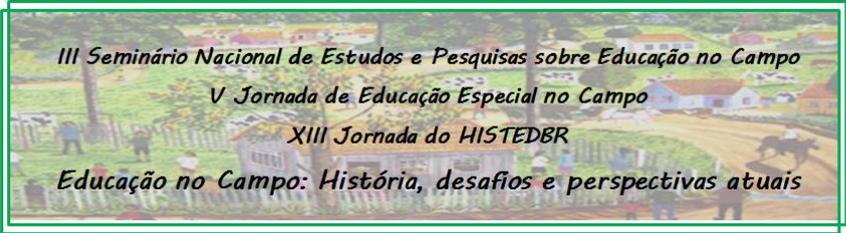
A partir das considerações de Castellani Filho (2008) a respeito da formulação e desdobramento das políticas públicas para a educação física, desenvolvemos algumas análises preliminares em relação às metas projetadas no novo Plano Nacional de Educação, Lei n. 13005/2014. Para tanto, a investigação proposta, elegeu como foco de análise, as condições ideológicas e a formalização das ações políticas, no sentido de compreender as diretrizes e metas fixadas para a Educação Física escolar, para os próximos dez anos.

Escolhemos como ponto central para a análise, a estruturação e formulação de políticas públicas nacionais a partir da perspectiva histórica, econômica e política no limiar das relações sociais estabelecida na sociedade dividida em classes.

A *priori* consideramos que a concepção que rege a proposta de Educação Física escolar no Plano Nacional de Educação está atrelada às perspectivas de formalização das condições que viabilizam os imperativos dos pactos formalizados nas conferências mundiais que ocorreram no início da década de 1990, cujo interlocutor desse processo é Banco Mundial e suas agências de financiamento entre elas o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (*BIRD*) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (*Unesco*), ou seja suplantada por um projeto neoliberal para a Educação à nível de América Latina.

Essa ação que resulta na formalização de uma Declaração Mundial de Educação Para Todos, encaminha ações governamentais nos países da América Latina entre eles o Brasil, a formular planos estratégicos de viabilidade educacional a todos os cidadãos.

Nesse movimento é necessário desvelar os implicativos que sustentam esse



processo, que encaminha a presente pesquisa ao âmbito da análise das metas e diretrizes estabelecidas no atual Plano Nacional de Educação, especificamente ao intuito de localizar as prerrogativas firmadas para a área da Educação escolar, diante do pressuposto legal que a embasa enquanto componente curricular da Educação Básica.

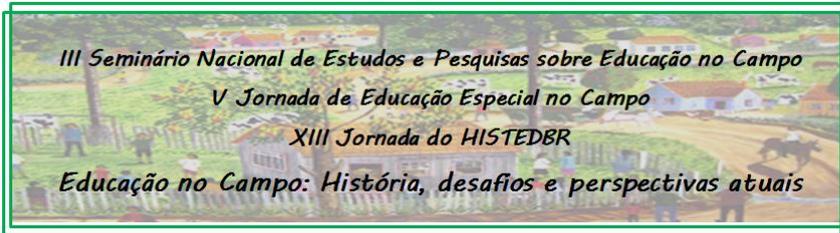
O entendimento da finalidade de um planejamento articulado a ideologia neoliberal sustenta-se a partir das análises de autores como Borges (2003) e Saviani (2014), que discutem tal situação e apontam para a compreensão de que o imperativo legal suprime os pressupostos educacionais do âmbito que permite a construção e consolidação de um projeto humanitário e socializador das conquistas efetivadas pelo desenvolvimento científico e econômico.

Essa problemática apresenta sua relevância mediante a relação entre capital e trabalho, pois entendendo essas categorias a partir das condições sociais que promovem o estabelecimento do modo de produção vigente e as consequências desta relação, na não sociabilidade dos avanços tecnológicos e das benesses do desenvolvimento social, compreende-se a importância de realizar a reflexão e apontamentos que permitam considerar posicionamentos pertinentes à consolidação do planejamento público educacional adequado as necessidades dos sujeitos no âmbito escolar, sendo a Educação Física uma das dimensões que compõe a totalidade de tais relações sociais.

Nesse sentido, em uma primeira aproximação, percebemos que as políticas públicas negligenciam a corporeidade, pois na relação das metas do PNE não existe uma definição de objetivos claros a respeito da perspectiva desta dimensão, bem como não comparece no discurso formal projeções explícitas no que tange aos encaminhamentos para a esta área de conhecimento escolar.

Cabe ressaltar, que para compreender a dinâmica do planejamento público e a inquietação que promove os presentes questionamentos, a assertiva de Mendes e Azevedo (2010) ao posicionar as políticas públicas para o Esporte, denotando a falta de elaboração de políticas públicas para a Educação Física escolar, as quais se apresentam de forma tímida.

Portanto, evidenciamos no processo da pesquisa as discussões teóricas de reconhecidos autores da área entre eles Valter Bracht, Lino Castellani Filho, no que diz respeito a visibilidade em relação ao trato pedagógico da Educação Física no ambiente



escolar para a efetivação de propostas que estejam firmadas à compor as especificidades educacionais postas na rotina das escolas brasileiras.

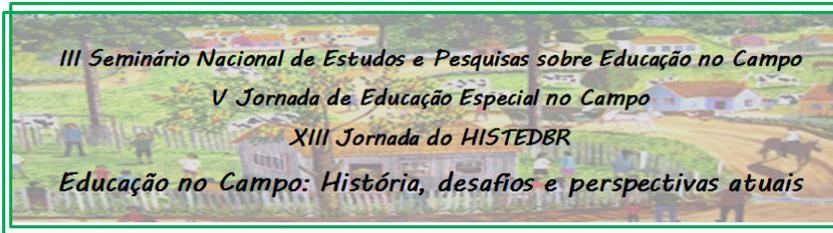
Sendo assim, questiona-se: existe uma política de fomento da atividade profissional em virtude de dar visibilidade as recentes discussões traçadas em nível de uma pedagogia da Educação Física, bem como políticas de incentivo a aplicabilidade da atividade docente em relação à práxis das propostas pedagógicas para a área?

Nesse sentido, percebe-se que o tema não apresenta visibilidade e interesse perante o governo federal e junto à elaboração da política de Estado, denotando uma espécie de ausência de uma proposta vinculada aos currículos escolares na Educação Básica, posto isto percebemos que é necessário destacar a viabilidade de promoção de mecanismos de fomento à organização de estudos, materiais teóricos, por meio de cursos e projetos voltados a pesquisa e a investimento que possibilitem a compreensão da Educação Física no espaço escolar, tendo em vista suas finalidades e objetivos.

Posto isto, para fundamentar nossa intenção de pesquisa, buscamos nos fatos históricos e sociais os desdobramentos da elaboração da política pública educacional brasileira, por meio dos quais delimitamos o objeto de investigação. Processo marcado pelas transformações metodológicas vinculadas a novas abordagens que possibilitaram o rompimento com a visão tradicional balizada pela institucionalização militarizada e esportiva da Educação Física. Essa nova possibilidade teórico, sustentada a partir dos anos de 1980 caracterizaram a prática pedagógica autônoma, a qual viabiliza o avanço do conhecimento da área e da emancipação humana (CASTELLANI FILHO, 1998).

Portanto, buscar os objetivos e a finalidade do planejamento público em vista a alicerçar um projeto educacional direcionado a atender os pressupostos contemporâneos em relação ao trato pedagógico da Educação Física escolar, expressa a busca do significado, da compreensão e da característica do planejamento público, ou seja, do desvelamento da concepção que sustenta os objetivos definidos para Educação Física escolar, no contexto da Educação Nacional e a implicação na práxis pedagógica da disciplina.

Diante disto, somos remetidos a indagar a respeito dos meios que possibilitam a efetivação dos objetivos propostos, tendo como perspectiva a assertiva de Castellani Filho (1998), que questiona a consolidação dos pressupostos basilares e a manutenção



da disciplina na Educação Básica.

Essa consideração ainda reflete preocupação pois,

Vivemos a era das competências, o que obriga o trabalhador a se ajustar ao modelo proposto por esse novo quadro produtivo e que os centros de formação abdicuem de uma formação de caráter mais humanista (um currículo visando à formação integral) e curve-se às necessidades do mercado profissional. Assim, a produtividade torna-se o elemento central da elaboração das políticas públicas. Nesse bojo, a presença de muitas disciplinas, como a sociologia, a filosofia, a educação artística e a educação física, é ameaçada em função dos novos contornos assumidos para o projeto de educação hegemônico em voga. (BRACHT & ALMEIDA, 2003, p. 89).

Essa reflexão pautada na perspectiva que emana da concepção crítico-superadora, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, viabiliza propormos à análise da estruturação e reestruturação do planejamento educacional no Brasil e a posição filosófica a respeito da educação física escolar nos moldes do neoliberalismo e as suas implicações para o desenvolvimento da área e o trato pedagógico a ela destinado, considerando as propostas antagônicas presentes no meio acadêmico.

Pois, conforme Bracht & Almeida (2003, p. 89),

Sob essa realidade, existe a possibilidade de que não apenas os pedagogos críticos não incluam a educação física em seus projetos educacionais, mas que os pensadores e formuladores do projeto de educação liberal-burguês acabem por se desinteressar pela educação física como componente curricular.

Nesse sentido, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação abre caminho para questionarmos a respeito de como se apresentam no rol das políticas públicas educacionais e a abordagem pedagógica dos conteúdos da Educação Física na escola, bem como a sua relação com o planejamento público em vista a sua concretização.

Isso permite vislumbrarmos as possibilidades de pensar a Educação Física a partir de um viés que leva em conta a sua inferência enquanto prática pedagógica e seu vínculo curricular nas instituições oficiais de ensino, bem como o reconhecimento das finalidades do planejamento público realizado pelo Estado, no intuito de indicarmos caminhos que possibilitem a compreensão da finalidade da Educação Física escolar.

Para a compreensão dos elementos elencados, definimos como objetivos: apontar a contextualização da educação física nas metas do PNE, analisar a Lei 13005/14, no que diz respeito aos pressupostos definidos para a área da Educação Física, analisar a concepção que norteia a sua implantação, apontar caminhos que possibilitem a compreensão da finalidade da Educação Física escolar e possibilitar a reflexão a respeito de diretrizes que promovam a consolidação do aspecto formativo do sujeito em um ambiente social e político sociabilizado.

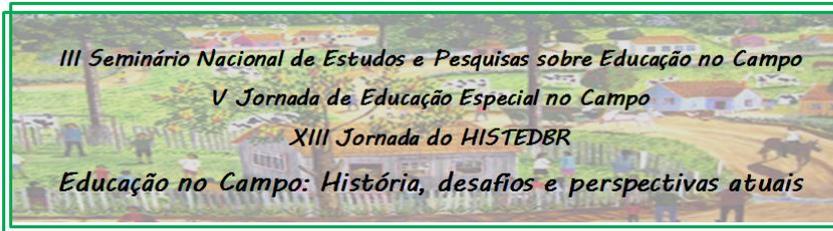
1. EDUCAÇÃO FÍSICA E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UMA PRIMEIRA ANÁLISE

Conforme a necessidade de compreender os desdobramentos das políticas públicas educacionais brasileiras e fundamentar metodologicamente a atividade de pesquisa, utilizaremos o método materialista dialético, pois, permite a compreensão da realidade na perspectiva da totalidade social, consubstanciando a apreensão dos elementos mediadores que compõem o fenômeno, dentre eles a política, a economia e as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos na elaboração das políticas públicas.

Sendo assim, ao pesquisar foram analisados até o momento, os documentos legais, e o estudo bibliográfico, a partir de referenciais teóricos que permitiram a análise da temática proposta neste trabalho, ou seja, possibilitaram discorrer brevemente sobre as primeiras impressões acerca do fenômeno estudado, a compreensão da relação das políticas públicas educacionais com a realidade da educação física escolar.

Diante dos elementos definidos à pesquisa, a inquietação reflexiva que promove a investigação parte da consciência dialética abordada na filosofia da práxis, dos seus fundamentos, os quais orientam a correta busca das contradições, possibilitando, por sua vez, uma análise investigativa do contexto e da abstração da realidade concreta (NETTO, 2011).

Sendo assim o desafio de investigar está pautado na responsabilidade de manter o rigor científico, atrelado a uma concepção metodológica que de conta de



possibilitar a leitura da realidade e a análise conceitual em vistas a identificar as complexas relações presentes na constituição do Estado moderno e a sua relação com a constituição de políticas públicas destinadas a Educação Física escolar.

Portanto, ao realizarmos a primeira aproximação aos documentos legais pode-se considerar dentre as metas do Plano Nacional de Educação, entre elas a Meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2015)

Destaca-se dentre as estratégias desta meta,

2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural; (BRASIL, 2015)

Esse desdobramento da meta na estratégia deixa em dúvida se a questão da difusão cultural, incorpora em sua concepção a questão do entendimento da Educação Física enquanto “Cultura Corporal de Movimento”, a qual é concebida como uma das formas de abordar a Educação Física escolar, considera as manifestações corporais expressas pela humanidade como componente de estudo e trabalho da área, aonde os conteúdos são compreendidos como conhecimentos históricos construídos pelo seres humanos.

Fica vago o entendimento dessa dimensão, a partir dos elementos constitutivos do Plano Nacional de Educação, e ao conduzir o questionamento torna-se fundamental esclarecer o viés pedagógico assumido no documento, pois ao elencar as 20 metas destinadas a Educação Nacional para o próximo decênio, a preocupação evidente é recolocar o país diante a regularização dos prazos e cumprimento das condicionalidades estipulados pelos organismos internacionais.

Nesse sentido, a exemplo de encaminhamento formal desta dependência aos ditames internacionais, posicionamos a ‘Semana Nacional de Educação para Todos’, aonde governo o brasileiro apresentou a proposta de “Plano Decenal de Educação Para Todos” – voltado apenas ao Ensino Fundamental e abrangendo a Educação Infantil – o qual se constituiu em instrumento estratégico para a “[...] universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo e indicando as medidas assim como os instrumentos para a sua implementação” (SAVIANI, 2004, p. 77).

Nesse documento podemos citar o item 3. A, que trata das “Estratégias para a Universalização do Ensino Fundamental e Erradicação do Analfabetismo” (BRASIL, 1993, p. 35 - 43) que compõe a descrição dos objetivos gerais de desenvolvimento da Educação Básica, respalda a nossa análise no sentido de percebermos que entre sete objetivos pontuados, apresentam-se a preocupação com a preparação para o mundo do trabalho e o monitoramento das políticas públicas educacionais.

Ao introduzir de forma a justificar a escolha dos objetivos, o documento faz referência aos compromissos firmados:

Em resposta às determinações constitucionais e legais, as legítimas demandas sociais ao sistema educativo, ao Compromisso Nacional firmado na Semana Nacional de Educação para Todos, e às Recomendações e Acordos assumidos no âmbito internacional, estabelecem-se os seguintes objetivos: [...] (BRASIL, 1993, p. 37).

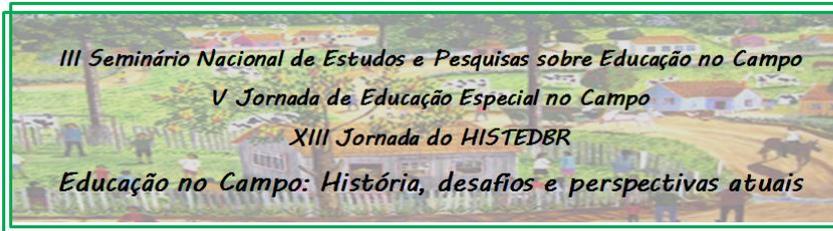
Dos quais gostaríamos de salientar o primeiro e o sexto, que traz no seu bojo a contemplação da aquisição de conteúdos e competências básicas com a finalidade:

1 – Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente do mundo do trabalho [...] (BRASIL, 1993, p. 37).

[...]

6 – Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação: [...]

d) definindo instrumentos para controle de gastos públicos em educação de forma a evitar que os recursos que, legal e constitucionalmente, são destinados a essa área sejam aplicados em outros programas. Para tanto,



deve-se recorrer a todas as instituições que podem contribuir nesse processo, inclusive as universidades. (*ibid.*, p. 40 – 41).

Conforme Torres (2000), devemos considerar a minimização na forma de compreender as Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBA's) assentada na concepção dos formuladores das políticas provenientes da Declaração Mundial de Educação para Todos firmada em Jomtien, as quais estão vinculadas aos conhecimentos elementares que permitem a sobrevivência, e ao enfrentamento de problemas cotidianos. A autora enfatiza a necessidade das NEBA's responderem por uma perspectiva de análise e investigação como elemento de definição das políticas públicas educacionais, contemplando as necessidades e o avanço curricular e pedagógico evitando desigualdade e fragmentação social na satisfação de tais necessidades.

Ainda, é necessário destacar a preocupação em possibilitar as habilidades básicas e as competências necessárias a preparar os indivíduos para o mundo do trabalho. Analisando o primeiro objetivo a partir da compreensão marxista, que denuncia a exploração do trabalho como fundamento do sistema capitalista, fica evidente a preocupação do governo em fortalecer o fomento da economia (NETTO, 2007).

Evidente a forma esquemática de produzir as estruturas organizativas das políticas públicas educacionais, tendo como prioridade o cumprimento dos acordos e adequação legislativa à superação das dificuldades administrativas. A organização de formas interventivas a produzir uma legislação apropriada às necessidades sociais, que possibilitariam o desenvolvimento dos indivíduos que engendrassem em nova condição de existência é só um pano de fundo que serve para promover a exposição de justificativas plausíveis ao desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema.

Sendo o Plano Decenal um plano somente a contemplar a educação fundamental não foi suficiente a atender a educação nacional como um todo, portanto, havia a necessidade, perante a sociedade brasileira, e de forma vinculada às atribuições conferidas ao Estado mediante a Constituição Federal e aos compromissos firmados na Declaração de Jomtien, a elaboração de um Plano Nacional que se configurasse ponto basilar da educação nacional.

O que percebemos durante todo o engendramento político e administrativo dessas últimas décadas é uma preocupação centrada na quantidade-qualidade de alunos e alunas a serem atendidos e mantidos nos respectivos sistemas educacionais, acompanhado da diminuição dos níveis de repetência e evasão escolar.

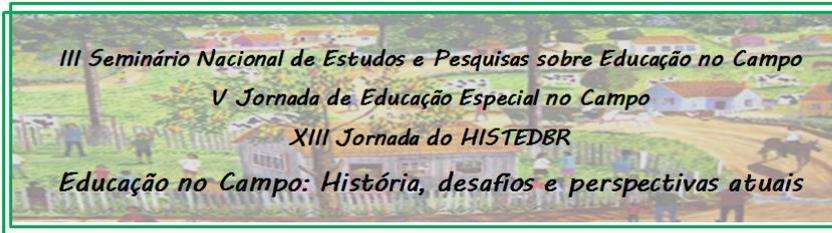
Para aprofundar esse binômio estabelecido entre ações que apresentam a quantidade e a qualidade é necessário realizar uma reflexão a partir do entendimento marxista de Gramsci:

Dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contrasenso. E, de fato, quando se contrapõe a qualidade à quantidade com todas as néscias variações no estilo de Guglielmo Ferrero & Cia., contrapõe-se, na realidade, uma certa qualidade a outra qualidade, uma certa quantidade a outra quantidade, isto é, faz-se uma determinada política e não uma afirmação filosófica. Se o nexos quantidade-qualidade é inseparável, coloca-se a questão: onde é mais útil aplicar a própria força de vontade, em desenvolver a quantidade ou a qualidade? Qual dos dois aspectos é mais controlável? Sobre qual dos dois é possível fazer previsões, construir planos de trabalho? A resposta parece indubitável: sobre o aspecto quantitativo. Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (GRAMSCI, 1984, p. 50).

Então, que quantidade-qualidade presencia-se nas ações governamentais e nas reformas efetuadas pelo Estado? Balizadas pela suposta democratização, inerente ao processo de construção política dos aparatos legais e das linhas mestras das políticas públicas no Brasil, nos remete a compreender que está voltada aos interesses dos grupos dominantes.

Em relação a isso, Gramsci continua:

A questão está relacionada com outra, expressa no provérbio: “*Primum vivere, deinde philosophari*”. Na realidade, não é possível destacar o viver do filosofar; todavia o provérbio tem um significado prático: viver significa ocupar-se principalmente com a atividade prática econômica; filosofar, ocupar-se com atividades intelectuais de *otiumlitteratum*. Todavia, existem os que apenas “vivem”, obrigados a um trabalho servil e extenuante, sem os quais determinadas pessoas não poderiam ter a possibilidade de se exonerarem da atividade econômica para filosofar. Sustentar a “qualidade”



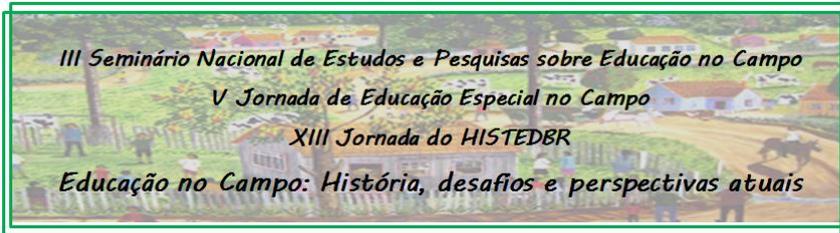
contra a quantidade significa, precisamente, apenas isto: manter intactas determinadas condições de vida social, nas quais alguns são pura quantidade, outros pura qualidade. E como é agradável manter representantes laureados da qualidade, da beleza, do pensamento, etc.! Não existe senhora do “grande mundo” que não acredite cumprir esta função de conservar sobre a terra a qualidade e a beleza. (GRAMSCI, 1984, p. 50 – 51).

Evidencia-se ao analisar esta exposição, que as representações realizadas a partir das reformas educacionais, reproduzem a concepção de duas classes de homens, uns que pertencem à classe trabalhadora, que sobre fortes determinações hegemônicas e ideológicas da classe dominante, executam certas demandas sob o crivo da quantidade-qualidade objetivada pelos interesses dessa classe, desconsiderando o desenvolvimento quantitativo-qualitativo de superação dos antagonismos sociais.

Por outro lado, a partir da participação efetiva nos processos decisórios, que irão refletir nas questões do viver, Gramsci pontua sobre a necessidade de vigiarmos essa interferência que restringe a capacidade humana, lembrando que não podemos pensar em qualidade sem considerar quantidade assim como quantidade sem qualidade, na luta constante e consciente pela melhoria quantitativa-qualitativa dos modos de vida da classe trabalhadora, onde a exploração não prepondere (GRAMSCI, 1984).

Por isso diante de todo esse engajamento do governo, falar em políticas educacionais evoca a questão da totalidade social na análise do fenômeno das implicações a respeito do planejamento educacional brasileiro. Diante dessa concepção, cabe ressaltar que as metas não especificam de forma explícita a respeito das implicações pedagógicas qualitativas do trabalho com a Educação Física escolar, contudo percebemos de forma implícita canais que possibilitam a inclusão da discussão em termos pedagógicos qualitativos em relação à práxis.

Posto isto, entendemos que esse movimento implica a necessidade de dar visibilidade à área, sendo importante a participação dos professores e da sociedade civil na discussão tendo compreensão das novas concepções do ensino da Educação Física. Pois não é ainda componente de pauta dos discursos políticos as definições e novas visões da Educação Física escolar contemporânea, tendo em vista a não popularização dessa forma de entendimento. Nesse sentido, o discurso fica apenas em nível acadêmico, sendo assunto restrito aos profissionais vinculados a academia.



Para compreender essa falta de ressonância dos elementos constitutivos da prática pedagógica da Educação Física escolar, utilizamos os encaminhamentos referendados na meta 2 estratégia 2.13 do novo Plano Nacional de Educação, que diz:

promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional; (BRASIL, 2015)

Assim, entendemos que para dar visibilidade às questões pertinentes ao trato pedagógico da Educação Física escolar, cabe a representatividade da sociedade civil contando com profissionais da área, os quais investem e entendem essa perspectiva aquém das finalidades esportivas, porém como práticas educativas da Educação Física na escola.

Outra questão é fomentar as pesquisas e fóruns locais e nacionais mediante a iniciativa do debate a atender as necessidades específicas no que diz respeito aos conteúdos da área, mediante a articulação com a LDB 9394/06, tendo em vista a definição da Educação Física preceituada no âmbito de sua finalidade educacional, portanto delimitar o viés esportivo que remete ao rendimento físico, do trato pedagógico dos conteúdos culturalmente difundidos e produzidos pela humanidade.

Essa tendência, que associa a Educação Física escolar ao esporte pode ser apreciada mediante a análise da meta 3, na estratégia 3.1):

institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais; (BRASIL, 2015)

A meta em questão ao referir-se as atividades esportivas, especifica a especificidade pedagógica e interdisciplinar de maneira a conotar a flexibilidade e diversidade a partir da relação teoria e prática, contudo, advertimos a falta de clareza ao

explicitar o fenômeno esporte em virtude de sua característica como conteúdo escolar da Educação Física, que ao ser tratado a partir de uma perspectiva que promove a prática esportiva no âmbito do alto-rendimento de *performances*, destitui de suas implicações educacionais, as dimensões sociais e culturais envolvidas no fenômeno. (BRACHT, 2003)

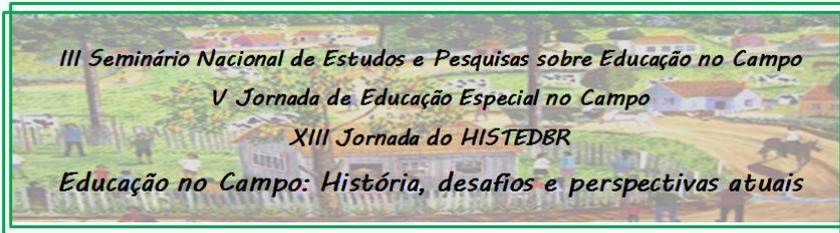
Portanto, diante do levantamento de dados realizados até o momento, observa-se ao realizar as relações com a LDB 9394/06 e a Educação Física escolar em sua dimensão curricular bem como no que se refere às questões relacionadas as metas e estratégias para universalização e permanência dos alunos na escola, a incoerência em reconhecer o caráter pedagógico da Educação Física escolar em detrimento de seu conteúdo curricular esporte ou a preliminar nulidade quanto as perspectiva engendradas a partir dos conhecimentos elaborados em seu âmbito de atuação.

Diante de tal fenômeno, compreende-se a necessidade de aprofundar a pesquisa e promover o debate a respeito dessa limitação formal, buscando equalizar os avanços realizados na área da Educação Física escolar com o planejamento das políticas públicas pautando o conhecimento elaborado e construído nos últimos anos a permitir à compreensão da função social dos conteúdos pertinentes a área, bem como a sua socialização mediante o objetivo de viabilizar a emancipação dos sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de um estudo preliminar, percebemos a necessidade de compor material específico em relação à compreensão do debate acadêmico voltado a produção de políticas educacionais para a elaboração de programas e projetos específicos da Educação Física escolar.

Nesse primeiro contato com as peças legais, em específico o novo Plano Nacional de educação pode-se evidenciar a existência de um binômio, que precisa ser esclarecido a partir de uma fundamentação teórica rigorosa, que se refere à aproximação



do conceito esporte com as definições e estruturas do fazer pedagógico da Educação Física escolar.

Essa temática sustenta-se, por carregar em sua recente história como campo científico das ciências humanas, abordagens pertinentes aos conteúdos fundamentais ao desenvolvimento das crianças e adolescentes em idade escolar, devido a sua peculiaridade de conhecimento acadêmico difundido nos últimos trinta anos.

Nossa intenção de pesquisa não está balizada em realizar contrapontos no que diz respeito ao consenso do objeto de pesquisa da Educação Física escolar, e sim encaminhar possibilidades de discussão pertinente ao trato pedagógico dos conteúdos curriculares indicados nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica diante da formulação das políticas públicas educacionais.

Diante disso, o que percebemos, nessa primeira aproximação do objeto da pesquisa ora em curso, é que, apesar do esforço de teóricos da área, os conteúdos pedagógicos e as propostas de trabalho não ressoam de forma a dar visibilidade e muito menos delimitação de sua especificidade no planejamento da política educacional, a partir do novo Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Rev. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 52, jun. 2003.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, ano XIX, n 48, ago., 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>>. Acesso em 01 abr 2015.

BRACHT, V. Educação física no ensino fundamental. Anais do I Seminário Nacional: Currículo e movimento: **Rev. Perspectiva e movimento**. Belo Horizonte, nov., 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Documents/Downloads/3.6_educacao_fisica_ensino_fundamental_walter_bracht.pdf>. Acesso 15 mar 2015.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q de. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Rev. Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, mai 2003. Disponível em: <http://www.lisane.com.br/Disciplinas/AnaSocioHistorica/Material/Artigos/Unidade/IPolitic_esport_BR.pdf>. Acesso em: 15 abr 2015.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 mai. 2014.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Presidência da República, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993. Versão acrescida, 136 p.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 13005/14**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 21 de abr 2015.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

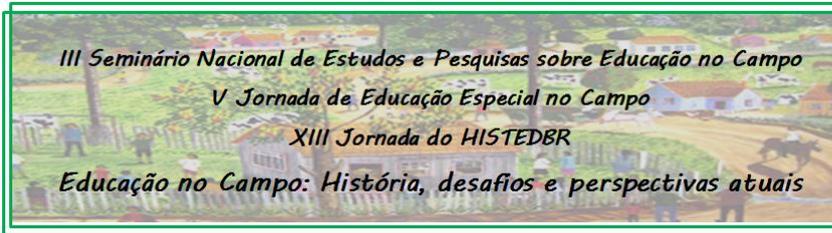
FERNANDES NETO, E. **Uma legislação educacional a serviço do projeto neoliberal**. Disponível em <http://www.pedagogia.pro.br/ldb.9394.htm>. Acesso em 20 março de 2011.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

NETTO, J. P. **A introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 – 2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Rev. Educação & Sociedade.** Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231 – 1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2014.

SAVIANI, D. **O Plano Nacional de Educação foi solenemente ignorado.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/-plano-nacional-de-educacao-foi-solenemente-ignorado-diz-especialista-20100306.html>> Acesso em: 09 mai. 2014.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação.** Campinas: Autores Associados, 2014.

TORRES, R. M. **Una década de Educación para Todos: la tarea pendiente.** Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación. Buenos Aires: Unesco, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001202/120280s.pdf>> Acesso em 12 out. 2014.

UNESCO. Foro Mundial sobre la Educación: **Informe Final.** abr. 2000. Disponível: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121117s.pdf>>.